

Processo nº 1/1217/2015  
Julgamento nº



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CÉLULA DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

**INTERESSADO: TERRAMAR COMEX EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO  
LTDA.**

**ENDEREÇO: Av. Monsenhor Tabosa nº 111 Sala 11 Centro Fortaleza /CE**

**CGF: 06.177.220-8**

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 2015.05496-7**

**PROCESSO Nº: 1/1217/2015**

**EMENTA: DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA.**

O contribuinte deixou de entregar ao Fisco Estadual o Livro Registro de Inventário de mercadorias do exercício de 2010 no prazo previsto. Feito fiscal **PARCIAL PROCEDENTE**, em razão de ter havido a redução da multa, devido ao equívoco do autuante ao tomar como base o ano de 2010, quando o correto é o ano de 2009. Decisão amparada aos artigos nº 427, inciso I e II, e 874 do Decreto 24.569/97, com penalidade prevista no artigo nº 123, inciso VI, alínea “e” da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/2003.

**Autuado revel. Sem Reexame Necessário.**

**JULGAMENTO Nº: 1810 / 15**

**RELATÓRIO:**

A autuante relata na peça inaugural: “A inexistência, perda, extravio ou não-escrituração do Livro de Inventário bem como a não entrega, no prazo previsto, da cópia do Inventário de mercadorias levantado em 31 de dezembro do exercício anterior. Constatou-se o não envio das informações do inventário de mercadorias em 31/12/2010 na DIEF, bem como a não entrega do Livro Registro de Inventário na presente ação fiscal. Vide informações complementares.”

Após apontar os dispositivos legais infringidos, a autuante aplicou a penalidade que se encontra prevista no artigo 123, inciso V, alínea “e” da Lei nº 12.670/96.

Foi anexada aos autos a seguinte documentação: Informações Complementares ao Auto de Infração, Mandado Ação Fiscal nº 2014.31070, Termo de Início de Fiscalização nº 2014.29954, Termo de Intimação nº 2014.01320, Termo de Conclusão de Fiscalização nº 2015.06277, Consulta Sistema DIEF (Consulta de Movimento Totalizado por CFOP e Consulta de Inventário), Anexo Único da Instrução Normativa nº 37/2014 e Protocolo de Entrega de AI/Documentos nº 2015.05423.

Nas Informações Complementares a atuante ratifica o feito, esclarecendo que a empresa deixou de entregar o Livro Registro de Inventário solicitado no Termo de Início de Fiscalização e Termo de Intimação nº 2014.29954, referente ao exercício de 2010.

Decorrido o prazo legal para pagamento/apresentação de defesa, sem que o atuado se manifestasse, foi o mesmo declarado revel.

## **É O RELATÓRIO.**

### **FUNDAMENTAÇÃO:**

Trata o presente processo de Auto de Infração lavrado por ter o contribuinte em questão deixado de entregar ao Fisco Estadual o Inventário de mercadorias referente ao exercício de 2010, diante do não atendimento da apresentação do Livro Registro de Inventário, foi lavrado o presente Auto de Infração.

Preliminarmente, faz-se necessário ressaltar que apesar de assinado o referido Auto de Infração o atuado não ingressos com a defesa.

Com base no Princípio da Administração Pública de Veracidade e de Legalidade dos atos do Fisco, no qual se presume de forma relativa que, até que prove o contrário, os atos praticados pelo agente público sejam verdadeiros e praticados com observância aos preceitos legais, ocorre a inversão do ônus da prova, onde caberia ao impugnante vir aos autos, em grau de recurso, apresentar documentação capaz de indicar eventuais equívocos cometidos pelo agente do Fisco capazes de ilidir a ação fiscal, conforme preceitua o artigo 80, inciso IV do Decreto nº 25.468/99, o que não se verificou no caso em epígrafe.

Ressalta-se que não foi ferido o princípio da ampla defesa e do contraditório, vez que o atuado teve conhecimento ampla do desfecho da ação fiscal, através da ciência no Auto de Infração ora em questão.

Devo tomar ciência de que a sanção visa a preservação da ordem, a tranquilidade da sociedade, a reparação do dano e, em especial no que tange ao Direito Tributário, compelir o contribuinte a trazer sua participação para que as necessidades públicas sejam satisfeitas.

No Direito Tributário o caráter social das sanções ganha uma qualidade peculiar, visto que o ato ilícito que deu origem à imposição da penalidade propaga seus efeitos de modo difuso, ou seja, tem relevância para a toda a coletividade, visto que, o átimo do lançamento de um tributo constitui não só a geratriz da obrigação tributária, mas também a transfiguração de seu objeto; se antes ele constituía parte de patrimônio privado, agora ele ingressou (potencialmente) no erário – é crédito público. O interesse público deve, portanto, prevalecer sobre o privado.

Logo, o ponto controverso do processo, refere-se ao ônus da prova, que no Direito Tributário, pertence a quem alegou o fato, então, quem tem de apresentar essas provas é quem enunciou o fato jurídico tributário, o que, no caso do lançamento tributário, faz com que o agente do Fisco indique as provas que fundamentam o fato enunciado, e o contribuinte deve oferecer os elementos que juridicamente desconstituam o lançamento.

Lembro, a propósito, de que no Processo Administrativo Tributário a prova documental é a de maior importância e por sua feição peculiar há a predominância da mesma em tal área. Os documentos representam, assim, o primordial meio de determinação do lançamento.

Assim, que Moacyr Amaral Santos na acepção de prova conceitua "documento como a coisa representativa de um fato e destinada a fixá-lo de modo permanente e idôneo, reproduzindo-o em juízo".

É a "demonstração da existência ou da veracidade daquilo que se alega como fundamento do direito que se defende ou que se contesta". (Plácido e Silva).

José de Albuquerque Rocha em sua conhecida obra Teoria Geral do Processo, 4ª edição, fls. 271, ensina que "Prova em sentido amplo é a verificação da verdade das afirmações das partes formuladas no processo, feita através dos meios de prova existentes nos autos, a fim de formar a convicção do julgador".

Conceituando-se o termo "obrigação acessória", destaca-se o que dispõe o Código Tributário Nacional, em seu artigo 113, *caput* e §§ 2º e 3º, abaixo transcritos:

*"Art.113. A obrigação tributária é principal ou acessória.*

(...)

*§2º. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas e negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou de fiscalização dos tributos.*

*§3º. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária."*

O Decreto nº 24.5679/97 – RICMS, em seu artigo 126, assim verbera, *in verbis*:

*"Art. 126. Entende-se por obrigações acessórias as prestações positivas ou negativas previstas na legislação que estabelece procedimentos relativos à arrecadação ou à fiscalização do ICMS."*

Ao presente caso convém destacar o artigo nº 427, incisos I e II, do Decreto nº 24.569/97, assim disciplinados:

*“Art. 427. Todos os contribuintes, bem como, quando for o caso, as pessoas amparadas por não-incidência ou isenção fiscal, além das exigências previstas neste Decreto, são obrigadas a remeter à repartição de sua circunscrição fiscal:”*

*“I – até cento e vinte dias da data de encerramento do exercício social, para os contribuintes que possuam escrita comercial, cópias do Inventário de Mercadorias, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício;”*

*“II – até 31 de janeiro de cada ano, para os demais, o Inventário de Mercadoria levantamento em 31 de dezembro do anterior, bem como o Demonstrativo de Receitas e Despesas.”*

A legislação, através do Decreto nº 24.569/97, impõe a obrigatoriedade do livro aqui em questão no seu artigo 260, inciso IX, cujo teor o seguinte:

*“Art. 260. Os contribuintes e as pessoas obrigadas à inscrição deverão manter, em cada um dos estabelecimentos, os seguintes livros fiscais, de conformidade com as operações que realizarem:*

*( ... )*

*IX – Registro de Inventário, modelo 7;”*

Em razão de não ter o contribuinte em questão entregue, ao órgão fiscal competente, o Inventário relativo ao exercício de 2010, o mesmo infringiu normas contidas na legislação do ICMS.

Os Livros contábeis obrigatórios, cuja escrituração é imposta aos empresários, a sua falta implica sanções impostas pelo Código Comercial, Novo Código Civil (artigos 1.179 e 1.180), RIR/1999 (artigos 255 e 259) e a Lei das sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), onde a periodicidade é considerada o ano fiscal, assim chamado, começa, obrigatoriamente, em 01 de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro.

Reportando-se ao caso em tela, resta clara a obrigatoriedade da emissão e conservação, pelo prazo de 5(cinco) anos, de documentos de controle fiscal, conforme preceitua a legislação tributária estadual, precisamente no artigo 421 do Decreto nº 24.569/97, que assim verbera:

*“Art. 421. Os livros e documentos fiscais e contábeis, inclusive gravados em meio magnético, que serviram de base à escrituração, serão conservados em ordem cronológica, salvo disposição em contrário, pelo prazo decadencial do crédito tributário, para serem exibidos ao fisco, quando exigidos.”*

Os livros contábeis demonstram aos interessados a exatidão dos valores empregados na empresa, e é através deles é feita à fiscalização do cumprimento de obrigações legais, inclusive e principalmente, de natureza fiscal. É através deles que as informações são extraídas, destinando-se para aqueles que delas necessitam. E é através das informações que exerce sua atividade de policiar a fatia do bolo econômico gerado pelas entidades econômicas. Eles objetivam relatar às pessoas que utilizam os dados contábeis os principais fatos registrados por aquele setor em determinado período. Também conhecidos como informes contábeis, distinguem-se em obrigatórios e não obrigatórios.

O Fisco tem nos livros fiscais seu principal alvo, pois através de auditoria, confere todos os registros efetuados pela empresa, retificando-os ou ratificando-os, conforme as averiguações e constatações decorrentes de suas atividades.

Por fim, diga-se que a infração à legislação, como a imputada, tem caráter objetivo, ou seja, dá-se por consumada pela simples ocorrência do pressuposto de fato previsto na regra da norma.

É oportuna a leitura combinada dos art. 874 e art. 877 do RICMS, *verbis*:

*“Art. 874. Infração é toda ação ou omissão, voluntária ou não, praticada por qualquer pessoa, que resulte em inobservância de norma estabelecida pela legislação pertinente ao ICMS.*

(...)

*Art. 877. Salvo disposição expressa em contrário, a responsabilidade por infrações à legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.*

Esclareço que o faturamento utilizado como base de cálculo (ano 2010) equivocadamente pelo autuante. A penalidade correta é a prevista no artigo 123, inciso V, alínea “e”, da Lei nº 12.670, alterada pela Lei nº 13.418/03 (que estabelece multa de 1% (um por cento) sobre o faturamento do exercício anterior), isto é, exercício de 2009. É isso o que determina o artigo 123, inciso V, alínea “e”, da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 13.418/03.

Portanto, correto o procedimento fiscal adotado de conformidade com a lei, o qual, não foi sequer contraditado pela autuada, ficando a autuada à penalidade aplicada pelo autuante, cumpre destacar que o artigo nº 123, inciso V, alínea “e”, da lei nº 12.670/96, estabelece multa correspondente a 1% do faturamento do estabelecimento.

#### **DECISÃO:**

Em face do entendimento acima esboçado, decido pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA** da presente ação fiscal, intimando-se a empresa autuada a recolher aos cofres do Estado, conforme demonstrativo que se segue, o valor correspondente **R\$ 1.409,59** (hum mil, quatrocentos e nove reais e cinquenta e nove centavos) com os devidos acréscimos legais, no prazo de **30 (trinta) dias** a contar da data da ciência dessa decisão, ou em igual período, interpor recurso ao Conselho de Recursos Tributários, na forma da legislação processual vigente. Ao tempo informo que não peço o reexame necessário ao Egrégio Conselho de Recursos Tributários em obediência ao que determina o artigo 104, §3º, inciso I, da Lei 15.614/14 que instituiu que os valores originários do Auto de Infração quando inferiores a 10.000 UFIRCES, não serão passíveis de Reexame Necessário.

#### **DEMONSTRATIVO**

Faturamento 2009 = R\$ 140.958,83  
**Base de Cálculo = R\$ 140.958,83**  
MULTA (1%) : R\$ **1.409,59**

**VALOR TOTAL: R\$ 1.409,59**

Célula de Julgamento de Primeira Instância  
Fortaleza, 10 de agosto de 2015.

  
**JOSÉ AIRTON ALVES PINHEIRO**  
Julgador Administrativo-Tributário